

Heráclito Fortes (E) pede voto de confiança dos senadores nas novas medidas administrativas adotadas pela Mesa do Senado e anunciadas pelo presidente da Casa, José Sarney (à dir., com Mão Santa)

## Senado divulga atos, troca diretores e audita contratos



Relatório de comissão aponta indícios de "deliberada falta de publicidade" em 663 atos administrativos

Parlamentares rejeitam denúncia e afirmam que não se beneficiaram de supostos atos secretos. Comissão de sindicância analisará a razão por que deixaram de ser publicados e identificará os responsáveis

**A**uditorias do Tribunal de Contas da União na folha de pagamentos dos servidores e nos contratos administrativos, unificação dos contracheques dos funcionários, divulgação de todos os atos não publicados nos últimos 15 anos e substituição dos ocupantes da Diretoria-Geral e da Diretoria de Recursos Humanos foram providências anunciadas ontem em Plenário pelo presidente do Senado, José Sarney. Antes, ele reuniu a Mesa diretora e os líderes partidários.

O 1º secretário, Heráclito Fortes, apresentou o novo diretor-geral, Haroldo Fei-

tosa Tajra, e a nova diretora de Recursos Humanos, Dóris Marize Romariz Peixoto.

A divulgação de uma lista de 37 parlamentares que teriam se beneficiado dos chamados atos secretos dominou o debate no Plenário. Demostenes Torres solicitou abertura de inquérito administrativo contra o ex-diretor-geral Agaciel Maia. Arthur Virgílio pediu que a sindicância que investiga a responsabilidade de Agaciel e do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi na publicação de mais de 600 atos seja transformada em inquérito administrativo disciplinar. **3 a 6**

## Estudo revela concentração em cartões de crédito

Diante da falta de iniciativas de autorregulamentação ou da demora nas ações do governo, o Congresso poderá tomar a dianteira e normatizar o setor, segundo a senadora Ideli Salvatti, que propôs audiência pública para discutir projeto de Adelmir Santana. **7**

### Torcida violenta pode ser banida dos estádios

Segundo projeto aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, proibição de comparecer a evento esportivo duraria até três anos. Proposta vai à Comissão de Justiça. **8**



Sérgio Zambiasi (E), Marisa Serrano, Gerson Camata, Alvaro Dias e Eduardo Azeredo discutem a proposta na CE

### Atletas querem Jogos Olímpicos de 2016 no Rio

Manifestação ocorreu durante abertura, no Salão Branco, da exposição *Time Brasil em Pequim*. **7**

### Parecer favorável a acordo entre Mercosul e Israel

Decisão que beneficia o livre comércio é da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. **2**



Representação Brasileira no Parlasul acata documento sobre livre comércio com Israel que, no entanto, não deverá valer para os territórios ocupados por aquele país a partir de 1967

## Acordos entre Mercosul e Israel têm parecer favorável

O ACORDO-QUADRO DE comércio e o acordo de livre comércio firmados entre o Mercosul e Israel, respectivamente em 2005 e 2007, obtiveram pareceres favoráveis da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. O livre comércio entre as duas partes, porém, não deverá valer para os territórios ocupados por Israel a partir de 1967, segundo modelo já adotado pela União Europeia.

O relator da mensagem presidencial contendo os dois acordos, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), informou que o texto aprovado foi resultado de um amplo entendimento político. As negociações envolveram o Ministério das Relações Exteriores, a embaixada de Israel em Brasília e o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que havia apre-

sentado voto em separado na reunião anterior.

Em seu voto, o relator sugeriu que o Congresso aprovasse os acordos, no entendimento de que o Brasil negociará "a exclusão da cobertura do acordo dos bens cujos certificados de origem indiquem, como procedência, locais submetidos à administração de Israel a partir de 1967", que incluem áreas de assentamentos israelenses na Cisjordânia, na Faixa de Gaza, em Jerusalém Oriental e nas Colinas de Golan.

### Fronteira

A representação também deu pareceres favoráveis a três acordos destinados a aprofundar a integração com os países do Mercosul. O primeiro deles foi celebrado em 2006 com o Pa-

raguai para o desenvolvimento sustentável e a gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Apa. O acordo teve como relator o presidente da representação, deputado José Paulo Tóffano (PV-SP).

O segundo, firmado em 2008, destina-se a facilitar a prestação de serviços de saúde dos dois lados da fronteira entre Uruguai e Brasil. O relator foi o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), e a relatora *ad hoc*, Marisa Serrano (PSDB-MS).

O terceiro acordo, que teve como relator o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), autoriza o Poder Executivo a doar ao Paraguai três aviões T-27 Tucano, que poderão atuar em operações de vigilância contra o contrabando de armas e drogas na fronteira.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recebeu em seu gabinete o embaixador do Irã, Mohsen Shaterzadeh. Azeredo reiterou a posição brasileira de respeito ao resultado das eleições iranianas, que deu a vitória ao atual presidente Mahmoud Ahmadinejad, e à soberania daquele país. "No Brasil, se entende que esse é um assunto interno do Irã", afirmou.



Waldemir Brito

## Exportadores podem contestar bloqueio na Justiça

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) poderão ingressar com ação na Justiça para resolver impasse em torno da comercialização de carne bovina no Pará, segundo representantes dos dois órgãos que participaram de audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Segundo o diretor-executivo da Abiec, Roberto Giannetti da Fonseca, a carta do Ministério Público aos clientes do Frigorífico Bertin (*leia ao lado*) afetou diretamente os negócios da empresa no Brasil e no exterior, criando insegurança jurídica junto a clientes consolidados durante décadas.

Membro do Fórum Permanente de Pecuária de Corte da CNA, José Manoel Caixeta condenou a campanha internacional do Greenpeace de divulgação da carne do Pará como proveniente de área desmatada, o que poderia agravar a crise econômica por que passa o setor.

A comissão também ouviu a secretária de Produção de Mato Grosso do Sul, Tereza Costa, sobre o Programa de Identificação Individual do Gado Bovino.

## Senadores vão ao Pará debater embargo a frigorífico Bertin

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública, em 2 de julho, no Pará, para discutir a crise por que passa o setor pecuarista da região. No debate, devem ser ouvidos representantes do Ministério Público e da organização não governamental Greenpeace sobre o embargo à carne produzida pelo Frigorífico Bertin. Ontem, a comissão fez audiência sobre o assunto, mas sem a presença de representantes do Ministério Público e do Greenpeace, que haviam sido convidados.

– Não conseguiremos estabelecer aqui o contraditório, pois se ausentaram justamente quem está denunciando e quem está tomando medidas coercitivas

no Pará – lamentou o presidente da comissão, Valter Pereira (PMDB-MS).

Segundo representantes da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Ministério Público, baseado num auto de infração a 14 das 2.500 fazendas fornecedoras de carne para o Bertin, enviou carta de intimação a todos os clientes do grupo, solicitando-lhes que parassem de comprar carne da empresa. Já o Greenpeace, além de estimular o Ministério Público, estaria informando aos países consumidores de carne brasileira que o gado é procedente de área desmatada na Amazônia, causando prejuízo às exportações.



Tereza Costa, Giannetti, senador Valter Pereira e Caixeta em audiência na CRA

J. Freitas

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Pauta do Plenário permanece trancada por MPs

A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta está trancada por duas medidas provisórias. A primeira é o projeto de lei de conversão que trata do programa Minha Casa, Minha Vida e atribui à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) as

funções de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. A segunda é a MP que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 300 milhões.

## Sarney recebe a presidente das Filipinas

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe às 15h, no Salão Nobre, a presidente das Filipinas, Gloria Macapagal Arroyo, e às 16h preside a ordem do dia da sessão plenária.

## Lançamento de livro sobre acessibilidade

O lançamento do livro *Vai encarar? – A nação (quase) invisível de pessoas com deficiência*, ocorre às 18h30, na Biblioteca do Senado, dentro do programa Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. O livro é de autoria de Claudia Matarazzo, com consultoria de Mara Gabrielli.

## CDR analisa mudanças no Estatuto da Cidade

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se às 9h30 para analisar sete propostas. Entre elas, duas que alteram o Estatuto da Cidade, visando estimular a preservação dos recursos naturais nas construções urbanas e conferir atribuição explícita ao Ministério Público para propor ação de usucapião especial urbana em área ocupada por população de baixa renda.

## Divulgação de análises laboratoriais

A partir das 8h30, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa pauta de 60 itens, dos quais 57 são projetos de decreto legislativo sobre autorização para funcionamento de emissoras de rádio e TV. O primeiro item dispõe sobre a divulgação na internet das análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas pela Anvisa e pelo Ministério da Agricultura.

## Seguro-desemprego, hepatopatia e leilões

O primeiro dos dez itens em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – que se reúne às 11h – é o projeto que aumenta a vigência máxima do seguro-desemprego de trabalhadores que tiverem sob sua guarda ou responsabilidade pessoa incapaz ou portadora de deficiência permanente. A comissão também examina, em turno suplementar, substitutivos a dois projetos: o que permite a aposentadoria integral por invalidez, no caso de hepatopatia grave, e o que exige que leilões eletrônicos, pela internet, sejam realizados por leiloeiro juramentado.

## CCJ analisa projeto sobre sistema de cotas

O projeto que institui sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas integra pauta da Comissão de Constituição e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h. Entre os 50 itens da agenda da comissão, está o projeto sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras indígenas.

## Idade mínima para trabalho de modelo e ator

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza às 10h a segunda audiência pública para debater o projeto que fixa idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Entre os convidados, o presidente da Ford Models Brasil, Décio Restelli Ribeiro; o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães, e o vice-coordenador nacional de combate à exploração do trabalho da criança e do adolescente do Ministério Público do Trabalho, Rafael Dias Marques.



Sarney anuncia auditoria do TCU sobre contratos e folha de pagamento e fim de auxílio médico vitalício para diretor-geral e secretário-geral

## Mesa divulga atos e substitui dois diretores

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou ontem em Plenário as decisões tomadas pela Mesa em resposta às denúncias da imprensa sobre questões administrativas da Casa, entre elas a divulgação dos atos que não haviam sido publicados nos últimos 15 anos – o que foi feito imediatamente. A 1ª Secretaria ainda distribuiu aos jornalistas o relatório produzido pela comissão que investigou o assunto e um CD-ROM contendo todos os atos de 1995 até 12 de junho de 2009.

Também foi decidida a substituição do diretor-geral do Senado, José Alexandre Gazineo, e

do diretor de Recursos Humanos, Ralph Siqueira. Os cargos serão ocupados, respectivamente, por Haroldo Tajra e Dóris Peixoto.

O presidente do Senado também afirmou que na próxima semana os senadores devem definir uma nova forma de escolha do diretor-geral. Já foram apresentados dois projetos sobre isso: um de Aloizio Mercadante (PT-SP), estabelecendo um mandato de dois anos, renovável por mais dois, e outro de Arthur Virgílio (PSDB-AM), determinando que a escolha do diretor-geral seja referendada pelo Plenário.

A Mesa decidiu ainda solicitar ao Tribunal de Contas da União

(TCU) auditoria sobre a folha de pagamentos dos servidores e sobre os contratos assinados pelo Senado. Além disso, será feita a unificação dos contracheques com a discriminação de informações hoje relacionadas em mais de uma folha.

Também foi decidido revogar o ato que concedeu auxílio médico vitalício aos diretores-gerais e aos secretários-gerais da Mesa que exerceram a função por pelo menos dois anos. Esse ato havia sido editado em 2000. E foi confirmada a criação de um portal na internet para dar transparência à estrutura administrativa do Senado.



José Sarney (D), ao lado de Mão Santa, apresenta decisões da Mesa ao Plenário

## Comissão especial aponta indícios de "deliberada falta de publicidade"

A comissão encarregada de examinar a existência de atos administrativos não publicados no Senado concluiu que há indícios de "deliberada falta de publicidade" em um número não informado de boletins internos e recomendou a "abertura imediata de sindicância visando à apuração de responsabilidades". A conclusão consta de relatório final da comissão divulgado ontem pelo 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI).

Segundo o relatório, a comissão concluiu que, embora a ausência de publicação possa ter sido originada por simples falha humana, erros operacionais, deficiências na tramitação e na publicação dos atos, "o uso indiscriminado de boletins suplementares, entres os quais 312 não publicados, contendo 663 atos, e os demais documentos e fatos examinados, constituem indícios de que tenha havido deliberada falta de publicidade de atos".

A comissão especial foi instituída no dia 28 de maio com o objetivo de apurar denúncias da existência de "atos administrativos secretos". Também foi distribuído pela 1ª Secretaria um CD contendo todos os boletins administrativos de pessoal (BAPs) desde 1995 até 12 de junho de 2009.



Segundo relatório final da comissão, houve 663 atos secretos em 15 anos

O CD discrimina a data de edição e publicação dos atos editados até 31 de janeiro de 2009 e publicados a partir do dia seguinte, quando tomou posse a atual Mesa do Senado.

### Fragilidades

Segundo o relatório, foi detectada uma série de fragilidades com relação à editoração e publicação dos boletins administrativos, tanto em termos de normas quanto em termos da efetiva publicidade das decisões.

A comissão afirma que a transformação do boletim de impresso em eletrônico, com publicação na rede intranet, não foi precedida de nenhuma norma. Outra fragilidade observada pela comissão, integrada pelos funcionários Dóris Marize Romariz Peixoto,

Fábio Gondim Pereira da Costa e Ralph Campos Siqueira, é que não há obrigatoriedade de coincidência entre a data do carimbo de "publique-se" da Diretoria-Geral com a data de elaboração e publicação dos atos.

A comissão constatou, ainda, a ausência de normas para disciplinar a edição de boletins suplementares, razão por que recomendou a regulamentação dessas edições em casos excepcionais. Também foi sugerido que se fixe um prazo máximo entre a data da edição e a data de publicação de um ato, "sob pena de perda de sua validade e eficácia".

### Recomendações

Uma série de outros mecanismos de controle foi sugerida pela comissão, entre os quais relatórios mensais de controle disponibilizados eletronicamente para verificar o intervalo entre a edição e a publicação de um ato, bem como a numeração desses atos. Além dos boletins suplementares publicados a partir de 1º de fevereiro de 2009, a comissão verificou a existência de 118 boletins regulamentares na mesma situação. Nesse caso, foram encontrados links relacionados a esses boletins anteriores a 1º de fevereiro, mas com problemas de acesso.

## Sindicância também deverá identificar responsáveis por falta de publicação

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciou que a Comissão Especial de Sindicância instituída na última sexta-feira, e que constatou a existência de atos administrativos não divulgados, deverá agora também identificar "quem se beneficiou desses atos, por que foram mantidos secretos e quem determinou que não fossem publicados".

O senador disse acreditar que o mais difícil

já foi feito, com a identificação desses 663 atos em mais de 300 boletins, e afirmou que cada um deles será analisado. A comissão deverá apresentar seus resultados em 30 dias, indicando as devidas punições, nos casos em que sejam identificadas responsabilidades.

O 1º secretário explicou que nem todos os atos secretos podem ser simplesmente anulados, porque produziram efeitos administrativos que

não podem ser revertidos. Citou como exemplo os atos que redundaram em pagamentos a pessoas, que receberam em boa-fé, e que estão amparadas legalmente.

– Nós queremos que em trinta dias se tenha, com segurança e clareza, o esclarecimento de ato por ato. Faremos todas as apurações necessárias e não colocaremos nada embaixo do tapete. Não vamos conviver com irregularidades – garantiu.

## Heráclito apresenta novos diretor-geral e diretora de Recursos Humanos

O novo diretor-geral do Senado, Haroldo Feitosa Tajra, e a nova diretora de Recursos Humanos, Dóris Marize Romariz Peixoto, foram apresentados ontem pelo 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes. Eles substituem, respectivamente, Alexandre Gazineo e Ralph Campos Siqueira.

Heráclito afirmou que José Sarney acatou os nomes por ele indicados e que assume "inteira responsabilidade pelos erros e acertos que possam ser cometidos na administração de agora em diante".

O 1º secretário informou que os novos diretores cumprirão um mandato inicial de 90 dias, que poderá ser renovado. Como existe uma proposta para que os indicados a esses cargos sejam sabatinados



Heráclito (E) com Haroldo Tajra, Dóris Marize e Petrus Elesbão

e aprovados pelo Plenário, Heráclito explicou ter conversado com os líderes pedindo que, enquanto essa proposição não for aprovada, a Mesa pudessem fazer essas nomeações emergencialmente.

Haroldo Tajra é consultor legislativo do Senado, aprovado em concurso público e nomeado em 1995. Ele anunciou que uma de suas primeiras missões será

promover a revisão dos atuais contratos de compras e serviços em vigência no Senado. Dóris Marize também é funcionária de carreira da Casa.

O novo diretor da Secretaria de Estágios, Petrus Elesbão Lima, também foi apresentado ontem. O cargo estava vago desde o afastamento de Sanzia Maia, esposa do ex-diretor-geral Agaciel Maia.



Mesquita apresentou documentos para provar que não houve sigilo

## Mesquita Júnior nega ter sido beneficiado por ato secreto

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou ontem a imprensa brasileira por colocar seu nome numa relação de senadores que teriam sido beneficiados com os chamados atos secretos quando, afirmou, não cometeu nada de ilícito nem foi ouvido pelos jornalistas. O senador apre-

sentou documentos por meio dos quais requisita a contratação e o posterior desligamento de duas assessoras e um assessor.

– A matéria [jornalística] por si só é uma condenação. Isso aqui é um massacre indevido e a gente passa por bandido. Quem me dera tivesse o privilégio de

amanhã a imprensa mostrar que o senador Geraldo Mesquita provou documentalmente que os atos não têm nada de secreto – ressaltou.

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou, em aparte, que desde o início da crise tem pedido para que esclareça o que tem

sido chamado "maldosamente" de ato secreto. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o noticiário está sendo exagerado e equivocado. Augusto Botelho (PT-RR) apresentou requerimento à Mesa para divulgação imediata dos chamados atos secretos.



Crise provocada por uma série de denúncias da imprensa sobre existência de irregularidades no Senado Federal volta a dominar debates no Plenário. Senadores repelem acusação de que foram beneficiados pelos chamados atos secretos e pedem rigorosa apuração dos supostos desvios e punição para os culpados

# Denúncias de jornal são infundadas, diz Papaléo

O SENADOR PAPALÉO Paes (PSDB-AP) ocupou ontem a tribuna do Plenário para se defender de denúncia publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Segundo a matéria, Papaléo e outros 36 senadores teriam se beneficiado da edição de atos secretos.

Papaléo afirmou que as denúncias são infundadas, uma vez que os atos foram publicados no Boletim Administrativo do Pessoal e estão à disposição de todos os servidores.

— É isso que estão chamando de ato secreto. Dentro da definição que conheço de secreto, um ato que é visto por 10 mil funcionários da Casa para mim não é mais secreto — disse.

Papaléo questionou a validade das informações publicadas pelo jornal, observando que, na lista dos supostos parlamentares beneficiados, foram incluídos nomes como os dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP), reconhecidos em todo o país pela conduta ética.

## Petrobras

O parlamentar chamou a atenção ainda para a possibilidade de o governo federal obter ganhos eleitorais com o desvio do foco da imprensa da CPI da Petrobras para as denúncias de irregularidades no Senado.

— Acabou a CPI da Petrobras. Trabalharam muito direitinho,

e acabaram com a CPI — disse o senador.

Conforme Papaléo, 87% da população queria a instalação da comissão de inquérito. Ele observou que, se nova pesquisa fosse realizada agora, o resultado seria diferente.

— [A população] quer ver é isso que está acontecendo dentro do Senado. Então, acabou a possibilidade de se descobrir onde existe corrupção na Petrobras para manter caixa dois para os candidatos do Partido dos Trabalhadores.

O senador defendeu também a implementação de uma ampla reforma administrativa no Senado, que seria formulada por especialistas em administração pública.



Segundo Papaléo, "ato visto por dez mil funcionários da Casa não é mais secreto"

# Senador recebe apoio de colegas, que pedem mudanças no Senado

Ao se defender, da tribuna, de denúncias publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Papaléo Paes recebeu o apoio de vários senadores que, em apertes, também se manifestaram pela necessidade de mudanças no Senado.

Jefferson Praia (PDT-AM) chamou atenção para a vida pública exemplar de Papaléo, a qual, disse, seria suficiente para evitar a perda de credibilidade junto à população de seu estado em razão de "denúncias infundadas". Flexa Ribeiro (PSDB-PA) considerou inadmissível que no Senado atos administrativos não tenham tido publicidade e defendeu a realização de uma reforma administrativa na Casa.

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou a paralisação dos trabalhos da Casa devido às irregularidades cometidas, segundo ele, por dois ex-diretores, Agaciél Maia e João Carlos Zoghbi. Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou providências mais rápidas por parte do presidente da Casa, José Sarney, para enfrentar a crise.

Marisa Serrano (PSDB-MS) também concordou com Papaléo sobre a necessidade de modernização administrativa da Casa. A senadora considerou injusta a inclusão na lista dos parlamentares que teriam se beneficiado por atos secretos do nome do ex-senador Ramez Tebet. Além do histórico de servi-

ços prestados a Mato Grosso do Sul, disse Marisa Serrano, Tebet faleceu em 2006 e não pode se defender da acusação.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) endossou as suspeitas de Papaléo sobre a motivação do governo em manter a crise do Senado como foco principal de interesse da imprensa, visando desviar a atenção da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras.

— Esse negócio da Petrobras é muito mais grave do que o que está acontecendo aqui. Forças muito poderosas estão atuando para que os senadores não levem adiante a fiscalização da Petrobras — frisou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) informou que, em um dos atos secretos, sua assessoria identificou a nomeação de uma pessoa para trabalhar na Comissão de Educação (CE) quando ele presidia o colegiado.

— O ato da nomeação está publicado no Boletim Administrativo. Eu não entendo por que o chamam de secreto — afirmou Cristovam.

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu nota enviada pelo colega Marcelo Crivella (PRB-RJ) rebatendo informações de seu respeito incluídas na lista publicada por *O Estado de S. Paulo*. No docu-

mento, o diretor-adjunto da Secretaria de Recursos Humanos do Senado, Evandro Luís Perisse, afirma que "Deborah Christine nunca foi servidora de cargo comissionado no Senado Federal, bem como Renato Lobão Ferreira nunca teve exercício" no gabinete de Crivella.

Já Lúcia Vânia (PSDB-GO) indagou quem teria entregado à imprensa a lista de supostos beneficiados pelos chamados atos secretos, na qual ela também foi citada. A senadora pediu ao 1º

secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), explicações sobre o vazamento. Valdir Raupp (PMDB-RO), que também teve seu nome incluído na lista, disse que, em sua opinião, o próximo alvo da imprensa será a verba indenizatória dos senadores.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu serenidade aos colegas para que possam enfrentar a crise no Senado. Ele disse que existem, sim, problemas na Casa, mas que as irregularidades não podem ser generalizadas a todos os senadores ou a todos os servidores.

— Vamos reconhecer que existem erros, mas vamos reconhecer que existe exagero, manipulação e uma generalização indevida — disse Azeredo.



Demostenes quer que Sarney se declare impedido de participar em processo contra Agaciél

# Demostenes pede que a PF investigue ex-diretor-geral

DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) comunicou ontem que solicitou a interposição judicial e a abertura de inquérito administrativo contra Agaciél Maia. O senador alega que o ex-diretor-geral da Casa assinou a nomeação de uma servidora para trabalhar em seu gabinete sem que ele tivesse conhecimento, por meio de ato não publicado no Boletim Administrativo de Pessoal, expediente que vem sendo classificado pela imprensa como "ato secreto".

O parlamentar pediu que a Polícia Federal investigue Agaciél pela prática de ato de ofício contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse pessoal, a partir da alteração de informações do banco de dados do Senado, com a finalidade de obter vantagem para si ou outrem. O caso também deverá ser analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Procuradoria-Geral da República, a quem o senador solicitou a abertura de processo civil pela prática de ato de improbidade administrativa. Também requereu a abertura de processo administrativo disciplinar contra Agaciél visando a sua demissão do Senado a bem do serviço público.

Demostenes pediu a José Sarney, que se encontrava na presidência da sessão, que se declare impedido para participar de qualquer instância de decisão no processo administrativo disciplinar contra o ex-diretor-geral.

O senador afirmou que confia em Sarney e que votou nele na eleição para a Presidência do Senado, mas observou que o presidente não tem condições de julgar Agaciél Maia no processo em que pede a demissão do

ex-diretor-geral do Senado.

## Explicações

Demostenes Torres disse que cobrou explicações sobre a nomeação de Lia Raquel Monturil Vaz de Souza ao então diretor-geral José Alexandre Lima Gazineo, cuja substituição vinha sendo reivindicada pelos senadores. Gazineo, antes de ser afastado do cargo, lhe forneceu declaração informando que a servidora inicialmente foi nomeada assistente parlamentar da Secretaria de Recursos Humanos por ato de Agaciél, tendo depois seu cargo e lotação alterados para o gabinete de Demostenes e, posteriormente, para o de

Delcídio Amaral (PT-MS), sendo depois exonerada. A declaração atesta que não consta pedido de Demostenes para nomeação da servidora em cargo comissionado em seu gabinete, nem para a sua permanência no Serviço de Atendimento ao Usuário da Secretaria de Recursos Humanos.

— Não conheço essa senhora. Me informaram que ela nunca esteve em meu gabinete. Agaciél, percebendo que havia vaga, nomeou e transferiu essa senhora para meu gabinete, usurpando função e descumprindo o regimento, que diz que o pessoal lotado em gabinete será indicado pelos respectivos titulares. Cadê a minha indicação? — questionou o senador, assinalando ainda que a servidora é esposa de "um braço direito de Agaciél, também acusado de ser criminoso, o senhor Valdeck".

Em apertes, Demostenes recebeu apoio dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Aloizio Mercadante (PT-SP) e José Agripino (DEM-RN).

Senador também solicita processo disciplinar na Casa visando demissão de Agaciél Maia

## José Nery quer CPI para investigar denúncias



José Nery

O senador José Nery (PSOL-PA) anunciou que vai propor a criação de uma CPI destinada a investigar os chamados atos secretos, os contratos e as licitações desde 2005 e a concessão de créditos bancários consignados a servidores da Casa.

Nery considerou tímidas as medidas anunciadas pelo presidente do Senado, José Sarney, para dar mais transparência, enquanto uma CPI "pode pedir quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal e ir fundo na investigação". Para ele, Sarney não detém as condições para continuar dirigindo a Casa e deveria se afastar do cargo.

## Garibaldi coloca seus atos à disposição da imprensa



Garibaldi Alves

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que presidiu o Senado de dezembro de 2007 a fevereiro de 2009, leu em Plenário a lista dos atos que assinou e ponderou que eles são corriqueiros e, por isso, "não têm nada de secreto".

O senador colocou os atos à disposição da imprensa. Garibaldi observou que o regimento do Senado dá ao diretor-geral poder para assinar determinados atos. Por isso, ele disse que fez questão de ler a lista dos atos de sua exclusiva competência. Se algum deles não tiver sido publicado, acrescentou, isso foge ao seu controle.



Não havia razão para que atos não fossem publicados, diz Virgílio. "Para mim, é armação"

## Virgílio quer inquérito administrativo contra Agaciél e Zoghbi

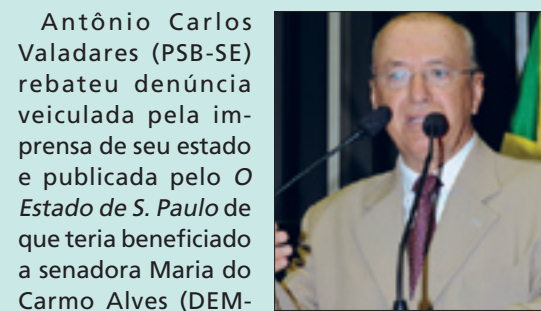
O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), solicitou à Mesa a transformação em inquérito administrativo disciplinar da sindicância aberta para investigar a responsabilidade do ex-diretor-geral Agaciél Maia e do ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi na não publicação de mais de 600 atos nos últimos 15 anos.

A medida, argumentou, permitirá que os dois servidores sejam afastados de suas funções durante as investigações. O receio do senador é que Agaciél e Zoghbi interfiram na apuração.

Virgílio também informou que os atos em que são nomeados assessores seus foram decisões corriqueiras e que deveriam ter sido publicados. Ele questionou a não publicação dos documentos, perguntando se o objetivo não teria sido "calar coisas mais sérias".

— Não havia razão nenhuma de isso ser secreto. Para mim, o que tem mesmo é uma brutal armação.

## Valadares nega má-fé e cobra provas da imprensa



Valadares

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) rebateu denúncia veiculada pela imprensa de seu estado e publicada pelo *O Estado de S. Paulo* de que teria beneficiado a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) com atos editados com sua assinatura sem a devida publicidade.

— Eu jamais assinaria um ato indecente, um ato secreto, um ato oculto, que se escondesse nos escaninhos da burocracia para que a sociedade não tomasse conhecimento — disse.

Valadares cobrou da imprensa provas de que tenha agido de má-fé.

# Heráclito solicita "crédito de confiança" para novos diretores

O 1º SECRETÁRIO do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), afirmou que assume as responsabilidades sobre os atos que forem praticados pelos servidores indicados ontem, que passarão a ocupar as funções de diretor-geral (Haroldo Tajra), diretora de Recursos Humanos (Dóris Marize Peixoto), e diretor da Secretaria de Estágios da Casa (Petrus Elesbão).

— Peço crédito de confiança. A decisão de investigar atos secretos partiu desta Mesa — disse.

Segundo Heráclito, há "grupos" de servidores que querem manipular as decisões administrativas e que foram feridos pela decisão do presidente do Senado, José Sarney, de reduzir para 1,6% os juros cobrados nos empréstimos consignados.

— Montou-se aqui uma quadrilha de agiotagem nos descontos mensais feitos nos salários dos servidores, que chegavam a 4,3%. Esses servidores não querem o bem desta Casa. Temos servidores contrariados porque perderam gratificações, poder e prestígio. Mas também não vamos jogar a responsabilidade sobre esses servidores. A responsabilidade neste momento tem

que ser nossa — afirmou. Heráclito disse que o compromisso da atual Mesa é implementar um plano de cargos e salários que "não beneficie apenas quem tem acesso fácil à porta de senadores que estão no poder de plantão", mas que dê segurança e garantia a todos os servidores que entraram na Casa por concurso público.

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou, em aparte, que ainda está pendente a apuração do envolvimento de senadores e servidores. Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a comissão de investigação errou ao não checar "exaustivamente" as informações junto aos senadores, o que resultou na divulgação de informações imprecisas para a imprensa.

Magno Malta (PR-ES) rebateu denúncia de que teria indicado alguém para atuar como seu "espião" no Conselho de Ética. Ele informou que, em 2005, foi solicitada pelo líder do seu partido a indicação de alguém para um cargo no Senado. Malta indicou um correligionário e disse não saber que essa pessoa havia sido lotada no Conselho

de Ética. O senador afirmou que solicitou a exoneração do indicado, mas soube agora que essa medida não havia sido levada adiante.

Para Sérgio Guerra (PSDB-PE), a crise desencadeada pela divulgação da existência desses atos não pode impedir a instalação da CPI da Petrobras.

Heráclito ainda relatou que a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) o procurou para saber se ele havia informado a um jornalista de Goiás que ela estava entre os beneficiados com atos secretos.

— Me protejam e saibam diferenciar denúncia de fofoca e de calúnia — pediu Heráclito.

Marconi Perillo (PSDB-GO) disse que, a partir de agora, nenhum ato será publicado sem o referendo da Mesa e dos líderes. Ele frisou que ficou evidente a possibilidade de haver uma fraude ocorrendo há muitos anos, a qual consiste no preenchimento de cargos vagos nos gabinetes com "funcionários

fantasmas", como aconteceu no gabinete de Demostenes Torres, segundo o senador, sem que ele soubesse.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, ao verificar por que havia sido incluído na lista dos senadores beneficiados com atos secretos, descobriu que o ato em questão tratava da sua indicação para a comissão responsável por organizar eventos comemorativos dos 180 anos do Senado, a qual "nunca soube que existiu".

Francisco Dornelles (PP-RJ) sugeriu a Sarney que aproveite o conhecimento e a experiência de senadores como Demostenes e Tuma na área de investigação.

— Não entendo por qual motivo o Senado vai precisar recorrer ao Ministério Público e à Polícia Federal para investigar fatos ocorridos dentro do Senado. Vamos transmitir à sociedade que não temos condições de fazer essa investigação — argumentou.



Heráclito Fortes (F) afirma que assumirá as responsabilidades sobre os atos que forem praticados pelos servidores indicados ontem. À mesa, Mão Santa e Sarney

## Assessoria de Cristovam: senador não está ligado a atos secretos

A assessoria de Cristovam Buarque (PDT-DF) divulgou nota à imprensa informando que não há nenhum ato secreto envolvendo o nome do senador, de algum parente seu ou de seus funcionários.

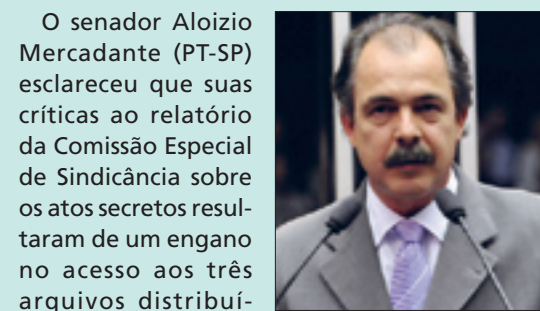
No documento, os assesso-

res garantem que, depois de analisarem a lista contida no CD-ROM apresentado ontem pela Comissão Especial de Sindicância criada pela Primeira Secretaria do Senado, juntamente com seu relatório final, não encontraram nenhum ato secreto

que beneficie, ou mesmo envolva, de alguma forma, alguém relacionado a Cristovam. A nota desmente notícia publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo* intitulada "Atos secretos envolveram 37 senadores dos principais parti-

dos". A matéria traz uma lista — da qual conta o nome de Cristovam — com os parlamentares que teriam sido beneficiados, de acordo com o jornal, por decisões administrativas da Casa que não foram devidamente publicadas.

## Mercadante retira críticas a relatório de sindicância



Aloizio Mercadante

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) esclareceu que suas críticas ao relatório da Comissão Especial de Sindicância sobre os atos secretos resultaram de um engano no acesso aos três arquivos distribuídos pelo 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI).

Segundo Mercadante, a transferência funcional envolvendo seu gabinete não está na lista de atos secretos como ele havia suposto, mas naquelas que contém todas as nomeações, demissões e exonerações. Verificado o erro, o senador retirou as queixas contra a comissão.

## Augusto: "Por que eu iria esconder demissão?"



Augusto Botelho

Augusto Botelho (PT-RR) disse ontem que não sabia que atos da Mesa envolvendo seu nome não haviam sido publicados. O senador também reclamou da citação de seu nome em matérias como beneficiário de atos secretos.

— É absurdo afirmar que fomos beneficiados por atos de que nem tínhamos conhecimento. Exigi a publicação imediata desses boletins que foram ilegalmente ocultados. No meu caso, os atos "secrets" referem-se a exonerações de funcionários que trabalharam em meu gabinete. Por que eu iria querer esconder isso? — indagou.



Senador sugere a Sarney criação de força-tarefa integrada por parlamentares e servidores para enfrentar "momento grave do Senado"

## Viana: ato de verba indenizatória não foi secreto

EM PRONUNCIAMENTO QUE se estendeu por cerca de duas horas, o senador Tião Viana (PT-AC) assumiu ontem total responsabilidade pelos atos assinados por ele durante os quatro anos em que integrou a Mesa do Senado, mas ressaltou que em nenhum momento pediu para não serem publicados ou foi conivente com a não publicação.

– Se algum criminoso não levou adiante a sua responsabilidade de publicar, de dar publicidade, como manda o artigo 37 da Constituição [princípio da publicidade e da legalidade], não é culpa minha.

Matéria da edição de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo* listou 37 parlamentares que teriam se beneficiado dos chamados atos secretos, incluindo o próprio Tião Viana e outros como Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS). Viana negou que o ato que elevou a verba indenizatória tenha sido secreto, já que a imprensa e o Senado debateram intensamente o assunto à época.

Tião Viana afirmou que, muitas vezes, os parlamentares são levados a votar emendas em Plenário sem que saibam seu verdadeiro teor, induzidos por "ato da burocracia". Tais emendas, com

"linguagem complicada que ninguém entende", são aprovadas e convalidam decisões que eles próprios desconhecem, disse. Ele citou como exemplo o que ocorre com as medidas provisórias que tratam de um assunto relacionado a um ministério e, de repente, recebem um acréscimo tratando de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com efeito retroativo.

Viana chamou a atenção para a gravidade dessas situações, assinalando que pessoas que não têm nenhuma responsabilidade com erros cometidos por outrem acabam sendo apontadas como autoras ou coautoras.

O senador sugeriu ao presidente do Senado, José Sarney, a criação de uma força-tarefa integrada por parlamentares de todos os partidos, de servidores e dos membros da Mesa para "acompanhar e enfrentar este momento grave do Senado".

– Esta crise não é como as outras, não é uma crise de desgaste de imagem pessoal, não é um ou outro senador atingido: é a estrutura do Senado Federal que está cambaleante, destrocada por quadrilhas que atuavam aqui e que agora começam a ser expostas e querem espalhar a contaminação para todos os 81 senadores.

Senador diz que em nenhum momento pediu que atos não fossem publicados

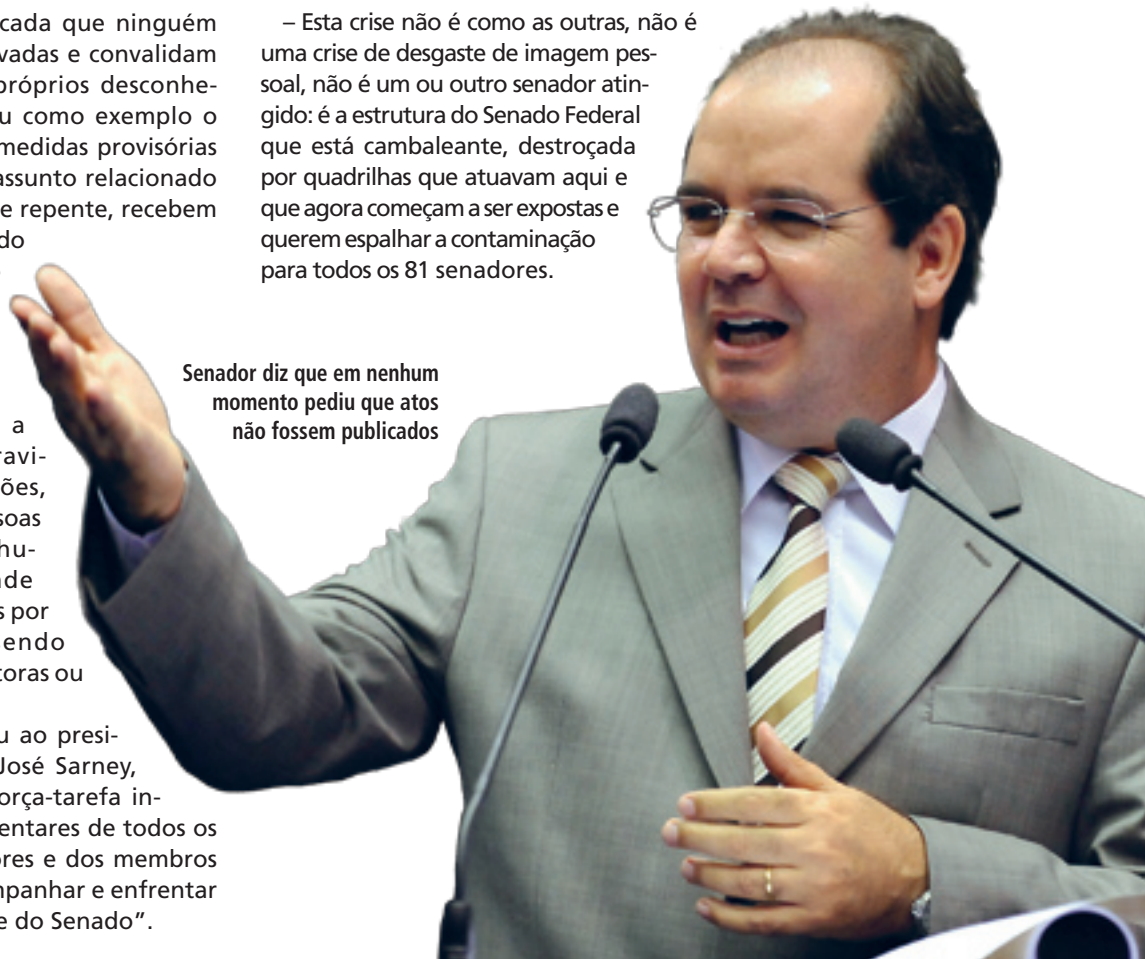


Foto de Gerardo Magella

## Senadores prestam solidariedade e cobram enérgicas providências

No discurso em que repeliu a acusação de ter sido beneficiado por atos secretos, Tião Viana foi aparteado por diversos senadores, que lhe prestaram solidariedade.

Em seu aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Sarney deveria licenciar-se da Presidência da Casa, pois, segundo o senador gaúcho, a situação se agravou e não pode continuar como está. A Mesa, afirmou, precisa adotar medidas radicais e providências enérgicas e imediatas.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse acreditar que a maioria dos senadores mencionados na lista de *O Estado de S. Paulo* está lá de boa-fé, pois a "má-fé é do esquema de chantagem que se montou nesta Casa". De acordo com ele, não é possível ao parlamentar ser um "bedel" para vigiar se o ato assinado foi publicado ou não.

Aloizio Mercadante (PT-SP) observou que o fato de um membro da Mesa assinar um ato administrativo não constitui ilegalidade, e ele não pode ser indevidamente responsabilizado pela falta da publicação, o que não é função sua. Declarou que o atual padrão administrativo não pode continuar, defendeu uma reforma profunda, a punição aos responsáveis e comparou

a onda de denúncias a um gambá, que solta mau cheiro para tentar escapar quando ameaçado.

Por sua vez, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ressaltou que a passagem de Tião Viana na Presidência do Senado foi marcada pela "seriedade, responsabilidade e competência". Para Jarbas, a Mesa deve adotar providências definitivas na apuração de denúncias sobre atos secretos. Ele considerou que Sarney foi "bastante infeliz" quando declarou que a crise do Senado não é dele, "quando ele é o centro da crise"; quando disse que responde pela parte política da Casa e não pela parte administrativa; e quando afirmou que não sabia o que era ato secreto.

Augusto Botelho (PT-RR), um dos citados na lista, afirmou ter descoberto que um dos atos tidos como secretos é uma carta de elogios que ele enviou a uma pessoa que o ajudou a relatar um projeto. O parlamentar desconfia que a carta foi mantida de propósito como sigilosa para confundir, misturando atos legais com atos ilegais. Outros dois atos não publicados e que o envolvem tratam da contratação e dispensa, "totalmente legal e pública", de pessoas em seu gabinete, esclareceu o senador.

## "Instituição não pode ficar a toda hora sendo vidraça"

Dando continuidade aos apartes a Tião Viana, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que o Plenário seja mobilizado por um tema que enfraquece o Senado. Segundo disse, a instituição não pode ficar a toda hora sendo vidraça dos que querem o enfraquecimento do Legislativo.

Para Garibaldi Alves (PMDB-RN), "nada se impõe mais do que esclarecer isso de uma vez por todas e punir efetivamente quem esteja por trás dessa manobra pífida". Osmar Dias (PDT-PR) lembrou que foi Tião Viana quem estabeleceu a divulgação dos gastos com a verba indenizatória em sua gestão interina na Presidência da Casa.

Renato Casagrande (PSB-ES) disse que a gestão do Senado é "arcaica, opaca e não representa o anseio da sociedade". O senador criticou o fato de a burocracia ganhar muito poder e afirmou que a solução da crise está nas mãos de Sarney. Casagrande, a auditoria nos contratos do Senado que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) solicitará ao Tribunal de Contas da União (TCU) vai auxiliar a investigação interna já em curso.

Flávio Arns (PT-PR) recordou que a

candidatura de Tião Viana à Presidência da Casa defendia a transparência no Senado e considerou lastimável a existência dos atos secretos.

Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a bancada do PT manifestou solidariedade aos três senadores do partido citados na lista do jornal – Tião Viana, Augusto Botelho e Paulo Paim (PT-RS) – e pediu que as investigações "sejam profundas" e que tudo seja divulgado.

João Pedro (PT-AM) sustentou ter certeza de que nenhum dos senadores do PT citados assinaram atos secretos, enquanto Eptácio Cafeteira (PTB-MA) ponderou que o problema não foram as assinaturas dos atos administrativos normais da Mesa do Senado, "mas a sua não publicação".

Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que foi a candidatura de Tião Viana, disputando com Sarney, que desencadeou a onda de notícias sobre irregularidades em atos administrativos na Casa. José Nery (PSOL-PA) lamentou que "até agora tenham sido adotadas apenas medidas paliativas". Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a sugerir que o Senado faça uma vigília para discutir a crise, inclusive convidando, para falar, pessoas de fora da Casa.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Gilvam Borges • Mão Santa • Romeu Tuma

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Atletas fazem campanha para Rio sediar Olimpíada de 2016

A abertura da exposição *Time Brasil em Pequim 2008*, realizada no início da tarde de ontem, no Salão Branco do Senado, transformou-se em um ato em favor da escolha do Brasil como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O Rio de Janeiro está na disputa contra Chicago, Tóquio e Madri. A primeira manifestação de apoio à candidatura partiu de Bernard Rajzman, ex-jogador de vôlei que preside a comissão de atletas do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

– No dia 2 de outubro, se Deus quiser, teremos o Rio de Janeiro escolhido como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O Rio representa todos os 400 milhões de habitantes do continente sul-americano. Será a oportunidade de buscarmos espaço para nos transportar para o primeiro mundo esportivo, cultural, social e econômico – afirmou Bernard.

O senador Arthur Virgílio

(PSDB-AM) comprometeu-se a unir esforços com todos os que estão lutando para a candidatura do Rio de Janeiro ser vitoriosa para sediar a Olimpíada. Ele acrescentou que, como toda sede tem direito de indicar um novo esporte, será a oportunidade de o Brasil levar o jiu-jitsu para os Jogos. Na sua avaliação, essa nova modalidade se transformará em uma “fábrica de medalhas” para o país.

A ex-jogadora de basquete Hortência Marcarí disse à imprensa que o Rio de Janeiro está preparado para sediar uma competição como os Jogos Olímpicos. Segundo ela, uma Olimpíada no Brasil seria importante, sobretudo para incentivar os jovens a ingressarem no mundo do esporte. O mesatenista Hugo Hoyama observou que o apoio dos senadores é importante para que o pleito do país seja vitorioso no dia 2 de outubro.



Presidente José Sarney (D) conversa com esportistas Bernard e Hortência

## Exposição destaca atuação brasileira em Pequim 2008

Até o dia 7 de julho estará montada, no Salão Branco do Senado, a exposição *Time Brasil em Pequim 2008*. A mostra é uma parceria do Comitê Olímpico Brasileiro, do programa Senado Cultural e do Serviço Social do Comércio (Sesc) e integra as comemorações do Dia Olímpico, 23 de junho, quando se celebra a fundação, em 1894, do Comitê Olímpico Internacional (COI). No Brasil, essa mesma data marca o Dia Nacional do Esporte.

Estiveram presentes à abertura do evento a ginasta Tayanne Mantovanelli, o mesa-tenista Hugo Hoyama, a ex-jogadora de basquete Hortência Marcarí, o judoca Denílson Lourenço, a jogadora de vôlei de praia Renata Ribeiro, a ex-jogadora de vôlei Ricarda Lima, o ex-jogador de basquete Pipoka e o ex-jogador de vôlei Bernard Rajzman, além de senadores como Marco Maciel (DEM-PE), presidente do programa Senado Cultural, Adelmir Santana (DEM-DF), Flávio Arns (PT-PR) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A exposição reúne 20 painéis com fotografias sobre a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, uniformes vestidos pela delegação brasileira, troféus, credenciais, bolas, dados técnicos e curiosidades.

## Sarney apoia candidatura olímpica do Brasil

O presidente do Senado, José Sarney, acatando sugestão do deputado federal Deley (PSC-RJ), comprometeu-se a viabilizar a aprovação, pela Casa, de uma moção ao Comitê Olímpico Internacional (COI) de apoio à candidatura do Rio de Janeiro como cidade-sede da Olimpíada de 2016. A promessa foi feita durante audiência que Sarney concedeu aos atletas olímpicos que participaram ontem das comemorações do Dia Olímpico e do Dia Nacional do Esporte.

Além dos atletas, estiveram presentes na audiência os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Adelmir Santana, que concordou em recolher as assinaturas dos líderes partidários para apresentar o requerimento da moção.

Antes de participarem da abertura da exposição *Time Brasil em Pequim 2008*, no Salão Branco, os esportistas visitaram o Plenário e foram saudados pelos senadores Tião Viana (PT-AC), Mão Santa, Fátima Cleide (PT-RO), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Augusto Botelho (PT-RR).

Depois da visita à Presidência do Senado, os atletas foram recepcionados no Auditório Petrônio Portela por cerca de 600 alunos de escolas do Distrito Federal.

Adelmir defende projetos de sua autoria que fixam regras para o setor. Ideli pede a rápida unificação da rede de máquinas utilizadas pelas lojas nas vendas com cartão

# Estudo revela concentração na área de cartões no país

O MERCADO DE cartões de débito e de crédito no Brasil apresenta alto grau de concentração, tanto entre credenciadores (bandeiras dos cartões) quanto entre emissores (bancos) desse serviço. É o que revela pesquisa divulgada ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– É nítida a participação dominante das bandeiras Visa e Mastercard, tanto em número de cartões ativos como em quantidade de transações realizadas no débito e no crédito – afirmou o chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos do Banco Central (BC), José Antonio Marciano.

O estudo sobre a atuação da indústria de cartões de pagamento no país, entre 2001 e 2007, foi realizado em conjunto pelo BC, pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Do lado dos emissores de cartões, o levantamento constatou que as quatro maiores instituições bancárias que atuam no setor respondem, nas transações de débito, por 92,7% das operações na bandeira Visa e por



77,1% na Mastercard. O cenário se repete nas transações de crédito, em que os quatro maiores bancos participam em 72,8% dos negócios na bandeira Visa e em 66,4% na Mastercard.

Marciano também apontou barreiras à entrada de novas empresas interessadas em disputar esse mercado, em primeiro lugar pela falta de compartilhamento de rede na prestação do serviço.

## Distorção

Em resposta a questionamento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), autora do requerimento de audiência pública na CAE, o representante do Banco Central admitiu que as regras estabelecidas pelas operadoras de cartões de pagamento penalizam as pequenas e microempresas, que pagam mais que as grandes redes de varejo pelo aluguel do terminal.

## Adelmir defende benefício a lojistas e consumidores

Autor de quatro projetos de lei fixando regras para a atuação das empresas do setor e o uso de cartões de crédito e débito no país, Adelmir Santana (DEM-DF) defendeu, durante a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, medidas que beneficiem lojistas e consumidores.

De acordo com o senador, a crescente lucratividade das operadoras de cartões não tem revertido na redução de taxas de desconto cobradas dos comerciantes – 50% mais caras do que as pagas em outros países.

– Nossos projetos pretendem beneficiar os consumidores e dar um tratamento diferenciado para os pequenos lojistas, que não têm poder de barganha no contato com as operadoras de cartões – disse Adelmir.

O representante da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Júnior, justificou uma parte da taxação aos lojistas pela expansão dos cartões de crédito entre as classes menos favorecidas, o que teria contribuído para elevar o referencial de risco das transações.

Ao reiterar que a competição é crescente no setor, Ivo Vieitas Júnior afirmou que consulta feita entre lojistas teria demonstrado desinteresse da maioria em praticar preços diferentes para pagamentos à vista ou com cartão.

## CNA quer preço diferenciado nas vendas à vista

Em nome da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes cobrou, durante o debate, a remoção de obstáculos que hoje impedem lojistas de cobrar do consumidor preço diferenciado entre as vendas à vista e as que são feitas com cartões de crédito, sem juros, por prazos que podem chegar a 45 dias. Ele afirmou que o setor quer urgência na solução dessa questão, sem ter que esperar pela aprovação do marco regulatório que o governo vai propor.

Para Carlos Thadeu, é preciso encurtar o prazo para repasse dos valores aos lojistas – feito hoje pelas empresas de cartões em cerca de 30 dias – para apenas dois dias, como é praticado em outros países.

O diretor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, Marcelo de Araújo Noronha, apresentou estatísticas para mostrar a contribuição do setor para a economia do país. Segundo ele, os cartões respondem por 25% do consumo das famílias e sustentam o mercado com cerca de R\$ 400 milhões em linhas de crédito imediato.

## Ideli pede rapidez na definição de regras do setor

Classificando de “brilhante” o estudo elaborado por três órgãos de governo, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu celeridade na adoção de medidas corretivas no setor de cartões. Ela disse, na audiência da CAE, que, na falta de iniciativas de autorregulamentação ou de maior nas ações do governo, o Congresso poderá tomar a dianteira, aprovando matérias que já tramitam nas duas Casas para regular o setor.

Segundo a senadora, algumas medidas não podem mais retardar, como a retirada da autonomia que as administradoras de cartões têm para credenciar e descredenciar comerciantes. Também cobrou a rápida unificação da rede de máquinas utilizadas pelos lojistas para efetivar as operações.

Ideli comunicou o recebimento de mensagens de telespectadores da TV Senado que aproveitaram para denunciar que a administradora do seu cartão de crédito vem cobrando juros de 14,9% ao mês, já tendo antecipado que haverá um aumento para 16% ao mês.

A parlamentar também lembrou o caso de comerciante de Santa Catarina em cuja tabela de custos a maior despesa mensal corresponde ao pagamento de R\$ 700 em taxas e aluguel de máquinas de cartões de crédito.



Torcedor que entoar cantos racistas ou usar fogos de artifício pode ser expulso das arquibancadas. Projeto também pune torcida que incitar ou praticar atos violentos

## Comissão aprova proposta contra violência nos estádios

AS TORCIDAS ORGANIZADAS que promoverem tumultos e praticarem ou incitarem a violência poderão ser proibidas de comparecer a eventos esportivos por um prazo de até três anos. Essa é uma das medidas contidas em proposta destinada a combater a violência nos estádios que foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto (PLC 82/09) será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ser submetido ao Plenário. O texto define torcida organizada como pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato que se organize "para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade". Cada torcida, de acordo com a proposta, deverá manter

cadastro atualizado de seus associados.

Entre outras medidas de combate à violência, o projeto – como condições de acesso e permanência do torcedor no estádio – proíbe entoar cantos discriminatórios, racistas ou xenofobos; portar ou utilizar fogos de artifício; incitar e provocar atos de violência.

– Estamos nos preparando para a Copa de 2014 e precisamos trabalhar para ser uma referência de paz nos estádios – alertou o relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), ao apresentar seu voto favorável.

O projeto atualiza o Estatuto do Torcedor, aprovado em 2003. O relator do estatuto, senador Gerson Camata (PMDB-ES), lamentou que, desde então, tenha crescido a violência nos estádios. Ele observou, no entanto, que

a violência é provocada por pequenos grupos de torcedores e disse ser necessário "garantir o direito da maioria" de assistir a partidas de futebol sem se preocupar com a violência.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou o projeto, mas alertou para a possibilidade de a futura lei não ser colocada em prática. Ele criticou a administração do futebol brasileiro e afirmou que os estádios do país ainda não estão preparados para a Copa de 2014. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também apoiou a proposta, lembrando, porém, ser necessária uma ampla campanha de educação pela paz nos estádios. Por sua vez, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) observou que têm ocorrido muitas mortes de torcedores nos arredores dos estádios de São Paulo.



Segundo senadora, governador usa máquina pública para evitar cassação



Cerca de 300 mil apoiadores de Cassol foram às ruas, diz senador

### Para Fátima, Cassol faz "terrorismo"

Fátima Cleide (PT-RO) condenou a campanha promovida por apoiadores do governador de seu estado, Ivo Cassol, contra o processo de cassação em análise no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo a senadora, Cassol é acusado de usar a máquina pública para promover o movimento em sua defesa, que vem pressionando servidores.

– Tudo isso com o discurso terrorista de que, caso seja cassado, as obras do PAC irão parar. Nada disso é verdade. Quero tranquilizar a população e me solidarizar – afirmou Fátima Cleide.

### Expedito ressalta apoio popular

O senador Expedito Júnior (PR-RO) afirmou que cerca de 300 mil pessoas foram às ruas em apoio ao governador Ivo Cassol.

Expedito enumerou ações importantes do governo, como em transporte escolar e agricultura familiar, e salientou que as manifestações contra a cassação partiram da sociedade civil, que estaria satisfeita com a gestão.

– Temos que reconhecer o trabalho do governador. A população reconhece o que ele vem fazendo e que o estado está em boas mãos – afirmou.

### Azeredo não crê em retorno de diploma

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) acredita que a decisão de alguns sindicatos de pressionarem o Congresso a aprovar nova legislação para jornalistas não produzirá os resultados esperados. Ele afirmou que a Câmara e o Senado podem até votar o retorno da exigência do diploma para a atividade, mas a medida não entraria em vigor porque o presidente da República a vetaria.

– A Câmara, e depois o Senado, aprovaram projeto regulamentando a profissão de jornalista, mas o presidente Lula vetou o texto integralmente – disse o senador.

### Mão Santa: ajuda a vítimas no PI

Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do Poder Executivo a edição de uma medida provisória específica para atender à população dos municípios piauienses de Cocal e Buriti dos Lopes, atingidos pelo rompimento recente de uma barragem provocado pelo excesso de chuvas na região.

Atualmente, a Câmara dos Deputados examina medida provisória que destina um R\$ 1 bilhão para cobrir os prejuízos causados pelas chuvas em todos os nove estados nordestinos. A matéria será analisada posteriormente pelo Senado.

Citando mensagens encaminhadas ao seu gabinete, Mão Santa contou que, passado um mês do rompimento da barragem, a população rural dos dois municípios piauienses ainda convive com a incerteza.



Ideli afirma que Mão Santa cometeu erro grosseiro ao fazer cálculo

### Ideli contesta dados sobre honorários

Ideli Salvatti (PT-SC) disse ontem em discurso que Mão Santa (PMDB-PI) cometeu um "erro grosseiro" ao calcular o valor dos honorários mensais dos membros do Conselho de Administração da Petrobras, que é presidido pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Pouco antes, durante discurso de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Mão Santa, que presidia a sessão, leu e-mail de internauta apresentando cálculos, baseados em ata da Petrobras, sobre o recebimento mensal de honorários pela ministra Dilma Rousseff no valor de R\$ 76.542,59.

### Suplicy: rejeição ao terceiro mandato

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem parecer do deputado José Genoíno (PT-SP) pela rejeição da proposta de emenda à Constituição (PEC 373/09, na Câmara) que autoriza o presidente da República, governadores e prefeitos a disputarem três mandatos consecutivos – a chamada PEC do terceiro mandato, que permitiria a Lula disputar nova reeleição no ano que vem. Genoíno afirma que a PEC agride o senso comum de justiça por pretender aplicar-se aos atuais mandatários.



Senadores Cristovam Buarque (E), Sérgio Zambiasi, Marisa Serrano, Gerson Camata e Eduardo Azeredo na Comissão de Educação

### Futebol amador poderá ter fundo de apoio

A Comissão de Educação aprovou também projeto que institui o Fundo Copa Amador para apoio ao futebol não profissional no país. O fundo, pela proposta (PLS 2/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), seria composto pelo equivalente a 20% dos recursos a ser destinados pelo governo federal à realização da Copa do Mundo de 2014.

Cristovam admitiu ter recebido muitas críticas por haver apresentado o projeto – especialmente por causa da possibilidade de desvios de recursos. Contudo, o senador decidiu manter a proposta e recordou que cerca de 30 milhões de brasileiros participam de "peladas" nos finais de semana em todo o país. O relator, Eduardo Azeredo, apresentou voto favorável, mas considerou alto o percentual de 20%.

Também foram aprovados pela CE, em decisão terminativa, quatro projetos que autorizam o governo federal a instituir centros federais de educação tecnológica. As propostas beneficiam as localidades de Catolé do Rocha (PB), Valença do Piauí (PI), Tefé (AM) e Sinop (MT). Três matérias acolhidas, igualmente em decisão terminativa, autorizam a criação de escolas técnicas federais em Ibaiti (PR), Cerro Azul (PR) e Campina da Lagoa (PR). Outra aprovada em decisão terminativa autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Navegação Interior, no Tocantins.

Receberam ainda pareceres favoráveis os Projetos de Lei da Câmara 200/08, que institui o Dia Nacional da Reforma Urbana; 2/09, que declara Enéas Carneiro como patrono da eletrocardiografia; e 21/09, que institui o Dia Nacional do Cerrado.

### Audiência sobre trabalho artístico de crianças

A segunda audiência pública para debater o projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que fixa idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares será realizada hoje na Comissão de Educação.

De acordo com a proposta (PLS 83/06), para poder atuar em cinema, teatro, televisão e anúncios publicitários, a pessoa maior de 14 e menor de 18 anos necessita de expressa autorização de seu responsável. Menores de 14 anos devem ter autorização judicial.

O relator na CE, Wellington Salgado (PMDB-MG), apresentou substitutivo que, entre outras modificações, inclui uma cláusula condicionando a validade da autorização para o trabalho artístico à continuidade dos estudos por parte do jovem. Ele também substituiu a referência às profissões pela espécie de trabalho (artístico, no caso) e faz menção ao trabalho desportivo. O relator incluiu ainda as alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estão convidados para o debate na CE: Décio Ribeiro, presidente da Ford Models Brasil; Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Rafael Marques, procurador do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e vice-coordenador nacional de combate à exploração do trabalho da criança e do adolescente do Ministério Público do Trabalho; Vinícius de Oliveira, ator do filme *Central do Brasil*; Maira Souza, chefe de Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho; e Renata Lacombe, mestre em Psicologia.